



■ EMPRESA ESTATAL

Políticas de bem-estar social

A história confirma que a Petrobrás estava indo no rumo certo.

3



■ CESSÃO ONEROSA

Brasil abre mão do que é seu

Como funciona o sistema pelo qual o país vende suas riquezas.

8



JORNAL DO

ANO LV - Nº 607 - RIO DE JANEIRO - OUTUBRO DE 2019

Clube de Engenharia

■ EDIÇÃO ESPECIAL PETROBRÁS 66 ANOS

HOMENAGEM & RESISTÊNCIA

Orgulhosamente o Brasil presta sua homenagem à Petrobrás e aos 66 anos dessa que foi em tempos recentes, durante mais de uma década, a maior empresa petrolífera do Hemisfério Sul, responsável pela maior descoberta dos últimos 30 anos: o Pré-Sal. Além de possibilitar que o país despontasse entre os principais produtores de petróleo do mundo, o Pré-Sal veio completar o conjunto de recursos estratégicos na construção de uma nação efetivamente soberana, com óleo e gás natural para sustentar o país durante todo o século XXI. E essa chance única de construirmos o desenvol-



Sindipetro

vimento sustentável, com justiça social e a garantia de que os recursos da extração do petróleo seriam revertidos para o povo brasileiro está hoje seriamente ameaçada. A Petrobrás está sendo vendida em pedaços e os leilões de campos do Pré-Sal transferem a riqueza nacional, os bens do povo brasileiro, para empresas estrangeiras. Brasileiros conscientes e patriotas precisam se organizar para defender os maiores patrimônios nacionais: a Petrobrás e o petróleo do Pré-Sal. Ainda há tempo, mas caminhamos para um ponto sem volta. Resistir é preciso! E tem que ser agora!

Futuro na corda bamba

Guilherme Estrella, protagonista na descoberta do Pré-Sal, alerta: está nas mãos do povo brasileiro a maior chance de desenvolvimento soberano.

páginas 4 e 5

A farsa da Petrobrás quebrada

Argumentos de grupos alinhados aos interesses estrangeiros buscam justificar a venda de nossas riquezas e o desmonte da empresa.

páginas 6 e 7

Precisamos entender o que acontece no Brasil

E, em especial, o Brasil precisa se informar sobre a gravidade do crime contra o povo brasileiro que se comete com o desmonte da Petrobrás e a entrega do nosso petróleo para empresas estrangeiras. A persistir neste rumo, o país estará dando mais um passo para jogar fora uma das maiores jazidas petrolíferas do planeta, conquistada com a descoberta, em 2004, do Pré-Sal, o que nos asseguraria acelerado crescimento econômico, soberano, com justiça social e garantia de vida digna para o nosso povo.

Para maximizar os benefícios, para o Brasil e para os brasileiros, obtidos com a exploração do Pré-Sal, foi aprovado no final de 2010 o Regime de Partilha (Lei nº 12.351 de 22/12/2010) para a produção naquelas reservas. Visando fortalecer a Petrobrás para liderar a exploração do Pré-Sal, a União, sua maior acionista, promoveu o aumento de seu capital social. Isso ocorreu subscrevendo a parcela que lhe cabia com a cessão de blocos do Pré-Sal com reservas estimadas àquela altura em 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo. Aquela operação, denominada cessão onerosa, possibilitou à Petrobrás aumentar seu capital social, também com um aporte significativo dos acionistas minoritários, resultando na maior oferta de ações que se conhece: cerca de U\$ 70 bilhões ao câmbio da época (*ver mais sobre o leilão dos excedentes da cessão onerosa nas páginas 4, 5 e 8*).

As pesquisas realizadas nos blocos do Pré-Sal resultaram em uma reserva comprovada cerca de três vezes maior que a prevista, ou seja, de 15 bilhões de barris equivalentes de petróleo, o que daria ao País a condição de, além de alcançar a autossuficiência energética, ser um dos grandes protagonistas no mercado mundial de petróleo. Tal expectativa começou a se frustrar após a ascensão de Temer ao poder, pois logo retirou-se da Petrobrás, entre outros direitos,

a condição de atuar como operadora única na exploração do Pré-Sal.

Construiu-se também a narrativa que a empresa estaria quebrada e que seria necessário desfazer-se de ativos para reduzir a sua dívida, supostamente astronômica em relação às das multinacionais concorrentes. Ora, a Petrobrás endividou-se porque descobriu petróleo; as concorrentes tinham liquidez crescente, com reservas cadentes (mais informações nas páginas 6 e 7).

O processo de esvaziamento paulatino da Petrobrás culmina com o escandaloso leilão dos excedentes da cessão onerosa, que vai completar a transferência de um dos nossos maiores patrimônios, o Pré-Sal, para as multinacionais. O Brasil reverterá, assim, à condição colonial, de supridor de matérias primas e de importador de produtos industrializados.

A Petrobrás, ao longo da sua até então exitosa trajetória, tornou-se responsável por cadeia produtiva de mais de 5000 empresas, nacionais e estrangeiras, que empregavam cerca de 800.000 profissionais especializados. Ganhou inúmeros prêmios internacionais de inovação. É a maior referência internacional em tecnologias de exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas. O esforço de décadas está sendo jogado no lixo. Restarão a nós brasileiros, com a entrega às multinacionais do nosso petróleo, os empregos em segurança, transporte e alimentação. Será o réquiem da nossa engenharia.

O Clube de Engenharia participa de todos os esforços para tentar barrar esse descalabro. É preciso reagir à venda de nossas riquezas e à destruição do futuro da nação brasileira.

A Diretoria

EXPEDIENTE

PRESIDENTE

Pedro Celestino da Silva Pereira Filho

1º VICE-PRESIDENTE

Sebastião José Martins Soares

2º VICE-PRESIDENTE

Márcio João de Andrade Fortes

DIRETORA DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Maria Glícia da Nóbrega Coutinho

DIRETORES DE ATIVIDADES TÉCNICAS

Artur Obino Neto

João Fernando Guimarães Tourinho

José Eduardo Pessoa de Andrade

Maria Alice Ibañez Duarte

DIRETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS

Bernardo Griner

DIRETOR DE ATIVIDADES CULTURAIS

Cesar Drucker

DIRETORES DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

Leon Zonenschain

Luiz Oswaldo Norris Aranha

DIRETORIA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Leon Zonenschain

Luiz Carneiro de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Eliane Hasselmann Camardella Schiavo

Marco Aurélio Lemos Latgé

Denise Baptista Alves

Severino Pereira de Rezende Filho

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Pedro Celestino

Alcides Lyra Lopes

Ana Lucia Moraes e Souza Miranda

Cláudia do Rosário Vaz Morgado

James Bolivar Luna de Azevedo

Lucas Getirana de Lima

Marcio Patusco Lana Lobo

Margarida Lourenço Castelló

Mariano de Oliveira Moreira

Newton Tadachi Takashina

Tatiana da Silva Ferreira

REDAÇÃO

Editora e jornalista responsável

Tania Coelho - Reg. Prof. 16.903

Textos: Carolina Vaz - Reg. Prof. 0037449/RJ,

Guilherme Alves e

Rodrigo Mariano - Reg. Prof. 32.394/RJ

Editoração: Márcia Azen

Produção: Espalhafato Comunicação

Fotos: Fernando Alvim/Arquivo Clube de Engenharia

Colaboração: Marcia Ony

Impressão: Folha Dirigida



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

SEDE SOCIAL

Edifício Edison Passos

Av. Rio Branco, 124 CEP 20148-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2178-9200 / Fax: (21) 2178-9237

comunicacao@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

**Defender a
PETROBRÁS**

**é defender
O BRASIL**

Essencialidade da Petrobrás estatal

Paulo Metri – *conselheiro do Clube de Engenharia*

O governante socialmente comprometido de um país deve ter como objetivo último de seu governo a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice é formado por índices definidores, como o grau de alfabetização, a esperança de vida ao nascer e a renda *per capita*. Desta forma, o governante estaria claramente comprometido com a maximização do bem-estar social.

O PIB, que é insistentemente divulgado quando se quer mostrar o acerto de uma economia, pode esconder grande ineficiência do governo no aspecto principal, a melhoria do bem-estar social, bastando, para tal, existir péssima distribuição de renda na sociedade. Então, um modelo de atuação do setor de petróleo que acarrete um impacto significativo no PIB pode não ser o mais atraente para a sociedade.

Assim, o que se está discutindo e legislando no Brasil no setor de petróleo, desde a década de 40 do século passado até hoje, é o seu modelo organizacional. Com todo este debate, o objetivo último a ser alcançado poucas vezes foi explicitado. Na verdade, para alguns grupos, o objetivo último não deve ser a melhoria do bem-estar social.

Alguns condicionantes do debate precisam ser explicados. Só grandes empresas têm a possibilidade de participar dos investimentos em águas profundas, que é o caso do Pré-Sal. Em agosto de 2019, mais de 70% da produção do país já vinha dessa província, onde estará localizada a grande reserva do Brasil, mesmo com novas descobertas em outras regiões, que também serão em águas profundas. Empresa brasileira para atuar em águas profundas, só a Petrobrás. As demais empresas que também atuam nessas áreas são todas estrangeiras.

Então, a pergunta a ser respondida pela sociedade deveria ser: *“o modelo de atuação no setor de petróleo, que maximiza o bem-estar social, é o da utilização de somente a Petrobrás (o do monopólio) ou o da utilização de empresas estrangeiras junto com uma Petrobrás contida, até a sua privatização, quando só empresas estrangeiras atuarão nas águas profundas brasileiras?”* Para responder a essa pergunta, busca-se analisar tópicos nos quais os dois modelos trazem impactos diferentes.

Do jeito que a cláusula relativa ao abastecimento do mercado brasileiro foi colocada nos contratos assinados pela ANP com as empresas, preocupando-se somente com um horizonte de 30 dias, ela não proíbe a empresa de produzir grandes volumes nos primeiros anos que podem exaurir o petróleo antes dele contribuir com o abastecimento nacional de médio prazo.

Neste ponto, a Petrobrás estatal mostra a sua essencialidade, pois, exatamente por ser estatal, apesar de ter assinado contratos com a mesma redação dos contratos das empresas estrangeiras, ela nunca abandonaria o abastecimento nacional.

Por outro lado, o investimento em um projeto de qualquer setor pode ser atrativo não só pela produção esperada e pelo custo final do produto. Com visão mais abrangente, ele pode ser atrativo também por impactar positivamente outras políticas públicas de interesse da sociedade.

Assim, a Petrobrás é essencial também porque é a petroleira que mais compra materiais, componentes, equipamentos, máquinas e plataformas inteiras no país. Ela é quem mais contrata, aqui, engenharia e desenvolvimento tecnológico. É a que mais emprega brasileiros. É quem mais descobre petróleo no Brasil. É a que se dispõe a aplicar políticas públicas do governo para benefício da sociedade. É a que ganha prêmios da OTC sobre o Pré-Sal. Descobre o Pré-Sal. É a que mais investe em cultura e esporte no Brasil. Enfim, é a empresa que faz tudo que uma empresa estrangeira, se possuísse o bloco, não faria.

Questiono a natureza e a validade de muitos dos conceitos neoliberais, divulgados a exaustão pela mídia, em doutrinação da nossa sociedade. Por exemplo, *“um monopólio é o pior dos mundos”* é dito com certa frequência. Seria verdade, se fosse dito: *“um monopólio exercido por empresa privada é o pior dos mundos”*, enquanto, na verdade, um monopólio estatal pode vir a ser o melhor dos mundos, se for usado como instrumento de ação do Estado para favorecimento da sociedade. Por exemplo, subsidiar o gás de botijão de consumo popular, com arrecadação de sobretaxas colocadas em outros derivados.

O manual neoliberal diz que há necessidade de competição para baratear o preço do produto ou serviço. No entanto, pode-se fingir competir quando há acordos secretos. Quem faz um acordo de formação de cartel não o divulga, de forma que é muito difícil descobrir sua existência. A tarifa dos celulares no Brasil é uma das mais caras do mundo e existe aparente competição, a tirar pelas propagandas das operadoras. Como pode? Notar que uma estatal não tem motivação para participar da formação de um cartel.

Ouve-se: *“Quebraram o monopólio, mas a Petrobrás continua a ter poder de mercado”*. É verdade: ela tem poder de mercado, construído através de muita competência. Após o término do monopólio, o primeiro leilão de áreas coordenado pela ANP ocorreu em 1999. Ou seja, existe um período de 20 anos em que o instrumento prático de combate ao monopólio, os leilões abertos de áreas, foi utilizado. No entanto, mesmo com todos os conceitos neoliberais introduzidos na legislação brasileira desde os anos 90, ela tem resistido.

Conceitos neoliberais, muitas vezes, não são aplicados em países desenvolvidos, o que é pouco divulgado. Contudo, à empresa integrada Petrobrás, com concepção perfeita para maximizar seu retorno social, é determinado, sem explicação, que ela saia de alguns ramos, nos quais toda grande petrolífera está. Assim, pode-se dizer que os conceitos neoliberais têm servido como instrumento de controle de sociedades menos politizadas. Finalmente, como todos da linha hierárquica acima da Petrobrás a querem destruir, por interesses antissociais e antipatriotas, ela vai ser esquartejada e definhará até a privatização, levando junto uma grande oportunidade de crescimento da nossa sociedade.

O petróleo é um item valioso sob o aspecto geopolítico também, pela dependência de todas as economias a ele, pela sua grande participação como fonte energética no setor de transporte mundial, pela ainda existente grande dependência de todas as forças armadas do mundo a ele, pela inexistência de substituto energético competitivo e com suas qualidades, pela existência de poucas regiões no mundo com reservas consideráveis.



**Defender a
PETROBRÁS**

**é defender
O BRASIL**

“O Brasil está sob ocupação estrangeira, em processo de desnacionalização de sua indústria”

Entrevista: Guilherme Estrella



O geólogo Guilherme Estrella tem em sua bagagem profissional cerca de 35 anos de Petrobrás, onde ocupou diversos cargos gerenciais. Foi gerente de Exploração da empresa no Iraque, entre 1976/1978, quando foi descoberto ali um campo gigante de petróleo: Campo de Majnoon. De 2003 a 2012 foi diretor de Exploração e Produção (E&P) quando, a partir de 2006, à frente das equipes responsáveis pelas descobertas de enormes jazidas de petróleo nas bacias sedimentares do Espírito Santo e Santos, ficou conhecido como o “pai do Pré-Sal”. Em 24 de outubro concedeu a entrevista que segue ao *Jornal do Clube de Engenharia*. Ninguém melhor que Guilherme Estrella para esclarecer as razões que o levam a cobrar da sociedade brasileira uma urgente mobilização em prol da retomada de um projeto de país soberano.

CE – Voltando um pouco no tempo, como entender o mega leilão dos excedentes da cessão onerosa que o atual governo brasileiro promove?

Guilherme Estrella – Diante da constatação de que a descoberta do Pré-Sal era gigantesca, e da condição da Petrobrás como operadora única, a diretoria da empresa viu que seriam necessários investimentos de grande porte. Para isso, a Petrobrás precisava se capitalizar, e, como fazem as grandes empresas, a opção foi a abertura de capital. Mas, para ir ao mercado, ela precisava apresentar um ativo que desse segurança e conforto ao investidor que se dispusesse a comprar suas ações.

CE – Na ocasião a magnitude do Pré-Sal já estava confirmada?

Guilherme Estrella – Sim. O Pré-Sal, em 2010, em termos de reserva, estava delineado. Neste cenário, a Petrobrás e a União firmaram um contrato no qual uma das condições para sustentar a capitalização, em termos de volume de reserva, era identificar locais a serem perfurados, com grande possibilidade de sucesso nas perfurações. Em uma primeira avaliação das áreas mapeadas, chegou-se à conclusão que teriam, no mínimo, 5 bilhões de barris de reservas. E assim foi feito o acordo com áreas nas quais não havia nenhum tipo de risco exploratório.

CE – O que ficou estabelecido?

Guilherme Estrella – A Petrobrás ficaria com os 5 bilhões de barris, que serviriam do lastro material para que a capitalização se concretizasse

e como operadora única pagaria à União esses 5 bilhões. Só que com a continuidade das perfurações e das avaliações da Petrobrás, logo no início atingimos os 5 bilhões de barris, se não mais. Isso seria a garantia de longo prazo para a companhia. E como ultrapassamos em muito os 5 bilhões com as primeiras perfurações, a empresa ficou tranquila porque o excedente ficaria sob sua responsabilidade, do ponto de vista operacional. Mas o tempo passou, a presidente Dilma foi destituída do cargo, e o acordo foi revisto.

CE – O que mudou e quais as principais razões?

Guilherme Estrella – A primeira razão das mudanças foi o grande volume de óleo envolvido. O Pré-Sal tem 50, 60 bilhões de barris em potencial, e um potencial bastante concreto em termos de previsões da sua capacidade de reserva. A segunda razão foi o fato de ser a Petrobrás a operadora única, o que a encaixava perfeitamente na política de defesa do conteúdo nacional que o país vinha implantando, visando o desenvolvimento industrial brasileiro, minimamente autônomo, com inovação tecnológica.

CE – Por que depois do impeachment da presidente Dilma Rousseff o primeiro passo do governo Temer foi a destituição da Petrobrás como operadora única?

Guilherme Estrella – Porque o desenvolvimento verdadeiramente industrial considera que a indústria está acoplada a um esforço de inovação; se não tem inovação não é indústria. Isso é absolutamente verdadeiro do ponto de vista do desenvolvimen-

to científico e tecnológico. O que está por trás desse primeiro ataque à Petrobrás é o controle científico e tecnológico envolvido na exploração do Pré-Sal. Mas existem outras razões. O operador dos consórcios decide tudo, desde o projeto de engenharia até equipamentos e materiais. Os demais participantes do consórcio têm uma atuação muito pequena em relação à decisão dos grandes temas e assuntos no cumprimento de suas atribuições. Qualquer empresa estrangeira que fosse operadora, com as mudanças na legislação, certamente iria, como vai, privilegiar as empresas do seu grupo, universidades e mão de obra de seu país de origem.

CE – Que mudanças na legislação vêm privilegiar as empresas estrangeiras?

Guilherme Estrella – Entre outras medidas, o governo aprovou a isenção de impostos à importação de materiais e equipamentos e facilitou o exercício da engenharia no Brasil por engenheiros estrangeiros. Isso já está dentro de um contexto que é claramente para o domínio do Pré-Sal por interesses estrangeiros. De maneira totalmente irregular, anularam a obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora única e transferiram para a empresa o direito de confirmar ou não se quer ser a operadora. Por que irregular? Porque a política de operação única era uma política de Estado e não da Petrobrás, empresa com acionistas e interesses privados, que não iria cumprir uma política de Estado.

CE – Voltando à cessão onerosa...

Guilherme Estrella – A cessão onerosa do Pré-Sal estava guarda-

da como um recurso que garantia a continuidade de investimentos da Petrobrás, sendo a operadora, com a política industrial brasileira, com o empresário brasileiro, com universidade brasileira. A decisão de colocar os excedentes da cessão onerosa à venda em leilões muda tudo. Petróleo não é uma *commodity*. Em bens estratégicos não se faz conta. Em bens estratégicos, inclusive, desenvolvidos nacionalmente! Por que é mais negócio para o Brasil produzir o petróleo no Rio Grande do Norte, na Bahia, em Sergipe, ainda que seja mais caro do que o importado? Porque quando você produz no Brasil, você dá emprego à população brasileira, você paga impostos que revertem para o desenvolvimento nacional. A missão da empresa estatal é remunerar seus acionistas, mas atenta ao compromisso com o país. A Petrobrás cria emprego, tem uma capilaridade muito grande com a sociedade, com as comunidades locais, com a missão de promover e incentivar o desenvolvimento local, o bem-estar e a dinâmica econômica das comunidades. É sua função como empresa estatal.

CE – Qual o cenário que se vislumbra em curto prazo?

Guilherme Estrella – Nos aspectos mais estratégicos, sob o ponto de vista industrial, não haverá investimento. Empresas estrangeiras vão investir aqui no que há de corriqueiro, de importância muito relativa. Tecnologias sensíveis para capacitar a empresa para que continue crescendo e se desenvolvendo tecnologicamente serão de responsabilidade das universidades e empresas de seus países de origem.

CE – Como definir a gestão da Petrobrás hoje?

Guilherme Estrella – A Petrobrás está sendo gerida como uma empresa privada, mas não como uma empresa privada tradicional. Ela está sendo

gerida com um modelo capitalista não-produtivo, rentista, como dizem os estudiosos. O capitalismo produtivo é dinheiro que produz mercadoria, que produz dinheiro, que produz mercadoria, e por aí vai. O capitalismo rentista é o capitalismo financeiro: dinheiro que produz dinheiro, que produz dinheiro, que produz dinheiro, que produz...

CE – Dinheiro que se apropria inclusive dos Estados?

Guilherme Estrella – Dinheiro que vai se apropriar do que for, ou do que estiver na frente. É o máximo de lucro no menor tempo possível. Como pensa e faz? “Por que vou investir no Rio Grande do Norte, se tenho um investimento mais lucrativo? Não tenho mais nada a ver com o Brasil. Eu sou, na verdade, um fundo de investimentos do setor petrolífero”. O capitalismo financeiro global está sendo dominado por grandes fundos de investimentos. Tem que produzir o máximo, no menor tempo possível, para remunerar seus acionistas. Não está preocupado com os próximos 30 ou 40 anos. Está vendo o resultado do ano que vem, ou dos próximos cinco anos. É isso que está acontecendo com a Petrobrás. Ela está se retirando de todas as suas atividades do Brasil e se concentrando nos campos operacionais, que são os mais produtivos, e, no refino, no sudeste brasileiro, Rio e São Paulo, porque aí está o filé mignon do mercado. Esse é o plano. Estamos oferecendo o Pré-Sal brasileiro para, na verdade, sustentar a ciência, a tecnologia, e a engenharia de empresas estrangeiras.

“Qualquer empresa estrangeira como operadora vai privilegiar a mão de obra de seu país de origem.”

CE – Hoje, depois de tudo o que já foi vendido, em que momento estamos?

Guilherme Estrella – Somos a nona economia do mundo, um país considerado democrático, e estamos entre os 10 mais desiguais do planeta. O Pré-Sal viria dar ao Brasil a oportunidade de crescer efetivamente e se tornar um país industrializado. Mas hoje o Brasil vive a primeira experiência de um grande país com a implantação puro sangue do capitalismo financeiro. É o tubo de ensaio do capitalismo puramente financeiro, não produtivo. Sem estratégia de longo prazo, ele quer o maior lucro, no menor prazo possível. Com isso não corre o risco da competição de mercado, e tem aversão a esse risco. Sua maior aversão é ao trabalhador, ao emprego formal, que custa caro. O capital financeiro não quer vínculo empregatício. E aí estou me referindo do mais simples trabalhador aos diretores e presidente da companhia, todos contratados por tempo determinado, sem vínculo empregatício. Também pregam o fim dos fundos de pensão. A lucratividade deve estar absolutamente protegida de qualquer tipo de risco. A Petrobrás acaba de divulgar um edital contratando jovens de ofício, mestres e doutores por tempo parcial, por chamada. O Brasil será a primeira experiência, em grande escala, desse acordo que acaba com a previdência e com as leis trabalhistas e põe nossas maiores riquezas à venda.

CE – Com o seu protagonismo na descoberta do Pré-Sal é possível vislumbrar um caminho de volta ou luz no fim do túnel?

Guilherme Estrella – Estamos diante de uma situação absolutamente tenebrosa, caminhando para ser um país subordinado e gerenciado pelo capitalismo não produtivo. Vem aí a revolução 4.0, inteligência artificial, robotização máxima, tudo integrado à inovação, com dezenas de milhões

de brasileiros absolutamente despreparados para enfrentar esse futuro. E as universidades destruídas, até porque seus alunos não veem perspectivas de emprego. É gravíssimo. E toda a indústria brasileira desnacionalizada. Vejo isso como uma ameaça gigantesca. Estamos sob ocupação estrangeira em um processo de desnacionalização da indústria. Quando você desnacionaliza a indústria, você não precisa mais de engenheiros. O Brasil tem 50 mil engenheiros desempregados. E os atuais governantes representam esse conjunto de visões, que consubstanciam os interesses do grande sistema financeiro internacional não produtivo.

CE – Como romper esse ciclo? Há quem diga que a ruptura esbarra nas relações internacionais.

Guilherme Estrella – Mas a verdade é que o mundo não vive sem o Brasil, sem a comida brasileira, não vai viver sem a água brasileira, sem os minérios brasileiros. Nós precisamos nos conhecer para sentarmos à mesa com a nossa importância de país, conscientes dos recursos valiosíssimos que temos para a humanidade. Entre as nossas principais dificuldades está a guerra da informação. A nossa história como povo e sociedade não contempla nos seus princípios e valores a inteligência nacional. Qualquer movimento de soberania não pode prescindir disso, e no caso do Pré-Sal é flagrante como nos olham por causa das nossas riquezas. Anunciada a descoberta do Pré-Sal, três meses depois os EUA reativaram a quarta frota. Em 2013 revelações de Edward Snowden confirmaram a espionagem pelos EUA na Petrobrás e na presidência da República brasileira. Estamos inseridos nesse conjunto de fatos e situações que confirmam: o Brasil é o país mais importante para a estratégia americana. O País como um todo tem que ter consciência da sua potencialidade e da sua importância global.

**Defender a
PETROBRÁS**

**é defender
O BRASIL**

A Petrobrás nunca esteve quebrada

Fonte: **Cláudio Oliveira**, economista aposentado da Petrobrás e **Felipe Coutinho**, engenheiro químico e presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET). Artigo “O mito da Petrobrás quebrada”, de maio de 2017.

A Petrobrás, orgulho do povo brasileiro, com papel fundamental na construção de um Brasil Soberano, completa 66 anos de história. Digna de todas as homenagens, ostenta um passado recente que vem potencializando esse sentimento, graças às grandes conquistas representadas pela descoberta e a exploração do Pré-Sal. Comemora, ainda, os feitos que a levaram a ser ganhadora de três prêmios Nobel de Engenharia de Produção e de se transformar na maior empresa do Hemisfério Sul. Um cenário que não permitiu, na guerra mundial pelo petróleo, que o capital internacional conseguisse colocar em prática antigos planos de retirar do país a vitoriosa bandeira “O Petróleo é Nosso”.

A partir de 2016, com a Lava Jato à frente e as delações premiadas, a estratégia usada para justificar o desmonte da Petrobrás e garantir os leilões do Pré-Sal é bastante conhecida: a companhia precisava ser desacreditada junto à opinião pública antes de ser retalhada e vendida. Os leilões como os que acontecerão em breve também precisavam ser justificados de alguma forma. Foi assim que nasceu o que Cláudio Oliveira, economista aposentado da Petrobrás, e Felipe Coutinho, engenheiro químico e presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) chamaram, em artigo de maio de 2017, de “O mito da Petrobrás quebrada”.

Com a entrada em cena da Lava-Jato, a empresa apresentada pela mídia nacional como um “antro de corrupção”, a justificativa oficial foi tentar convencer o Brasil de que o progressivo desmonte, pedaço por pedaço, seria a única saída para “salvar” a empresa. O que se propõe, como veremos a seguir, é a perda gigantesca de 34 bilhões de dólares até 2021, que deixarão de ser do povo brasileiro e passarão a ser de propriedade de empresas estrangeiras. No contraponto, cresce um movimento não comprometido com o plano de venda do patrimônio nacional, que desmente os argumentos que transformam a Petrobrás em uma empresa sem capacidade de investimento.

A farsa da dívida galopante

O endividamento em uma companhia de petróleo não funciona como nos demais setores. É preciso entender como o setor do óleo e gás funciona no mundo inteiro para compreender totalmente como uma mentira vem sendo usada para roubar um país inteiro à luz do dia. “Na indústria do Petróleo é comum o uso do que é chamado de ‘alavancagem’. Funciona assim: as empresas usam recursos emprestados hoje para garantir um lucro muito maior que esse empréstimo à frente. Isso acontece porque os projetos em uma empresa do setor são sempre de longo prazo. Os investimentos levam cerca de 10 anos para começar a gerar caixa. As decisões tomadas darão retorno em uma década, da mesma forma que os resultados de hoje são fruto de decisões de 10 anos atrás”, explica o presidente da AEPET.

Então há uma dívida? Sim, mas isso tem sido usado de forma enganosa e irreal. A Petrobrás tem uma dívida que, como em qualquer outra empresa do setor no mundo, é positiva, uma vez que será facilmente paga à medida que esses investimentos começarem a dar retorno. Na verdade, o que costuma ser chamado de “dívida da Petrobrás” se refere aos investimentos feitos pela companhia para a exploração de uma das maiores descobertas de recursos que o mundo já viu: o Pré-Sal.

Esse mesmo “endividamento”, que no caso da Petrobrás é apontado como um problema, costuma ser usado por empresas multinacionais privadas que fazem dívidas para entregar aos acionistas e comprar suas próprias ações para valorizá-las. No caso da Petrobrás, no entanto, o quadro é bem melhor que esse: a empresa faz uma dívida controlada e totalmente gerenciável para gerar lucro suficiente não só capaz de pagar as dívidas como de garantir altos investimentos para o futuro do país.

Endividada, mas cobiçada?

É no mínimo curioso que uma empresa que é taxada como se tivesse problemas financeiros graves atraia

o interesse de tantos grupos internacionais, muitos deles estatais, sempre prontos para adquiri-la, como revelou o vazamento de documentos oficiais do Wikileaks. Isso acontece porque, além de não existir de fato endividamento negativo, o Brasil tem um mercado potencial gigantesco. O consumo de energia no Brasil ainda é baixo se comparado aos países desenvolvidos, e quem compra a Petrobrás ganha de brinde todo esse mercado potencial.

Não é diferente em outros setores: empresas básicas, como as de papel, celulose, siderurgia, mineração, entre outras. As empresas tomam empréstimos via linhas de crédito e, enquanto os projetos não começam a ser executados, pagam apenas os juros. A dívida começa a ser paga quando o projeto é de fato implementado e começa a gerar caixa e lucros. “A diferença da indústria do Petróleo está no tempo necessário para colocar um projeto em prática. Só após dez anos, em média, o lucro começa a entrar no caixa. Como não existem linhas de crédito de dez anos, as empresas ‘rolam a dívida’ até que os projetos comecem a ser executados”.

A dívida da Petrobrás evoluiu, de 2009 a 2017, da seguinte forma:

Dívida Bruta em US\$ bilhões

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
57,47	69,43	86,79	95,96	114,24	136,04	126,16	118,37

Fonte: Relatórios anuais Petrobrás

Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEIN), para cada 100 dólares investidos na Petrobrás, cerca de 650 dólares são gerados em investimentos em outros setores: a Petrobrás alavanca o país. Ou melhor, alavancaava.

Por que a dívida da Petrobrás cresceu?

A resposta para a pergunta é simples e não tem nada a ver com descontrole das contas. Os investimentos da empresa cresceram muito na última década para viabilizar a exploração do Pré-Sal recém descoberto em águas profundas. Desde 2005, a Petrobrás planeja o seu desenvolvimento e produção para as próximas décadas. “Entre 2010 e 2014 a empresa investiu mais de US\$ 200 bilhões no Pré-Sal”.

No período entre 2010 e 2014 esse investimento aqueceu a indústria nacional naval e de petróleo, que também tinha o incentivo das políticas de conteúdo local que exigiam que a exploração do petróleo fosse feita dando preferência às indústrias nacionais. O retorno não é pouco. Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Industrial – ABEIN, para cada 100 dólares investidos na Petrobrás, cerca de 650 dólares são gerados em investimento em outros setores: a Petrobrás alavanca o país. Ou melhor, alavancava. No final de 2014, ainda no Governo Dilma, as denúncias de corrupção envolvendo a Petrobrás fizeram esse investimento parar subitamente.

Outro ponto importante foi o valor do dólar. Cerca de 80% da dívida da Petrobrás é feita no exterior e a moeda é o dólar americano. Em 2015, quando o preço do dólar subiu de R\$ 2,66 para R\$ 3,95, a dívida subiu de R\$351 bilhões para R\$ 492 bilhões. Os números mostram o impacto do câmbio: apenas em 2015 a dívida foi superior à receita da empresa. Veja abaixo os números de Receita Bruta x Dívida Bruta de 2012 a 2016:

Receita Bruta e Dívida Bruta em R\$ bilhões

	2012	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA BRUTA	196,10	267,61	350,85	492,65	384,99
RECEITA BRUTA	353,07	387,78	425,35	414,86	373,81

Malabarismo numérico

Sustentar uma farsa não é fácil quando se trata de empresas. Em comparação com as grandes empresas do setor, como a Chevron, Exxon, Shell e Total, a Petrobrás está melhor, uma vez que tem à disposição o Pré-Sal para explorar – ou pelo menos tinha, uma vez que cada vez mais

perdemos nossos campos em novos leilões. Para justificar a venda dos bens nacionais era preciso mais e a direção da Petrobrás, a partir de 2017, passou a antecipar o pagamento da dívida antes que o investimento desse o retorno, que era esperado para 2020 em diante. “Fizeram isso fora do tempo adequado, antecipando para 2018 a redução dos investimentos. Se não tivessem feito isso, não seria necessário privatizar os US\$ 19,5 bilhões de ativos até 2021. Foi essa a forma que encontraram para justificar o massivo desinvestimento, a toque de caixa. Baseado nesta pretensa necessidade de redução da dívida, em 2016 foram vendidos ativos no valor de US\$ 13 bilhões e apenas US\$ 2 bilhões desses recursos entraram no caixa da empresa”.

Para mostrar o completo absurdo em considerar a Petrobrás uma empresa quebrada, Felipe compara seu caixa com o da maior petroleira americana, a Exxon, que tem um faturamento anual maior que o dobro da Petrobrás. Ele aponta que, mesmo assim, o balanço da Exxon, que ninguém acredita ser uma empresa quebrada, é muito menor que o da Petrobrás. Como, então, estaria a Petrobrás quebrada? Veja abaixo a tabela com essa comparação:

Saldo de Caixa em US\$ bilhões (31 de dezembro)

	2012	2013	2014	2015	2016
EXXON	9,58	4,65	4,62	3,71	3,65
Petrobrás	13,52	15,87	16,66	25,06	21,20

Mas não é possível enganar todo mundo o tempo todo. Em entrevista coletiva em janeiro de 2017, o então diretor financeiro da empresa, Ivan Monteiro, foi questionado se caso a meta estabelecida para o pagamento das dívidas fosse atingida antes do tempo, as privatizações seriam canceladas, uma vez que não seriam mais necessárias. Ele respondeu que não: elas seriam mantidas. “Isso revela claramente que a venda dos ativos da Petrobrás não tem relação com uma necessidade financeira real”, aponta Felipe.

Estamos em 2019 e o “Mito da Petrobrás Quebrada” segue sendo usado para justificar a maior violência que a soberania nacional e o povo brasileiro vêm sofrendo nos últimos tempos, com a venda de nossas riquezas.



**Defender a
PETROBRÁS**

**é defender
O BRASIL**

Isenções bilionárias para petroleiras estrangeiras

Fonte: **Paulo Cesar Ribeiro Lima**, PHD, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Artigo “A Lei nº 13.885/2019, a MP do trilhão e os Excedentes da Cessão Onerosa”, em 20/10/2019.

Isenção fiscal pode chegar a R\$ 36,2 bilhões no leilão de novembro

As expectativas para o leilão dos excedentes da cessão onerosa (leia mais nas págs. 4-5) já mostram os impactos negativos de decisões recentes no setor de petróleo e gás nacional. Isso porque as isenções fiscais bilionárias previstas pela Lei nº 13.586, de 2017, irão afetar diretamente a distribuição dos valores arrecadados com os leilões na Bacia de Santos — leilão esse que contará com 14 petroleiras: além da Petrobrás, empresas do Reino Unido, EUA, China, Colômbia, Noruega, Portugal, Malásia, Catar, França e Alemanha. É o resultado de um par de anos de políticas públicas voltadas a incentivar a vinda de petroleiras estrangeiras para o país ao mesmo tempo em que se afasta da Petrobrás o protagonismo na exploração do Pré-Sal.

Paulo Cesar Ribeiro Lima explica que os valores arrecadados na Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa devem ser os chamados “bônus de assinatura”, que totalizam R\$ 106,561 bilhões. Descontado o valor que será entregue à Petrobrás (R\$ 34,6 bilhões), o restante será distribuído entre o Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (10%), Estados exploradores (5%), o Fundo de Participação dos Municípios (15%), o Estado do Rio de Janeiro (3%) e a União (o restante, R\$ 48,2 bilhões).

O montante de R\$ 71,961 bilhões é, no entanto, um valor bruto. Isso porque, nos termos da Lei 13.586, de 2017, incidem sobre esse cálculo as

isenções fiscais de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Essa lei é resultado da Medida Provisória nº 795, de 2017, que mobilizou a sociedade civil porque foi assinada no mesmo período em que o governo federal buscava aprovar medidas para reduzir os gastos do Estado com políticas sociais.

“As empresas contratadas poderão deduzir a importância relativa aos bônus de assinatura da base de cálculo do Imposto sobre a IRPJ, cuja alíquota é 25%, e deduzir essa importância da base de cálculo da CSLL, cuja alíquota é 9%. Desse modo, 34% de R\$ 106,561 bilhões poderão ser reduzidos do pagamento do IRPJ e da CSLL, o que representa uma redução de arrecadação de R\$ 36,231 bilhões”, explica Paulo Lima. “Após o desconto da parcela a ser paga à Petrobrás e após essas reduções, o valor líquido a ser efetivamente destinado aos entes federativos é de apenas R\$ 40,593 bilhões”, denuncia.

Ricardo Stuckert / barra PR



Para o consultor, essas isenções deveriam ter sido discutidas no Congresso Nacional, em vez de apenas o destino do valor líquido. A tabela a seguir mostra os valores:

Destino	Valor bruto (R\$ bilhões)	Deduções fiscais (R\$ bilhões)	Valor líquido (R\$ bilhões)
Estados (FPE)	7,196	5,728	1,468
Estados exportadores	3,598	0,000	3,598
Municípios (FPM)	10,794	6,527	4,267
Estado do RJ	2,159	0,000	2,159
União	48,214	19,314	28,9
Fundos Constitucionais	0,000	0,799	-0,799
Total	71,961	32,368	39,593

Para além das isenções, os baixos percentuais de conteúdo local previstos no leilão de novembro também preocupam: 25% para construção de poço, 40% para sistema de coleta e escoamento e 25% para unidade estacionária de produção. “O Congresso perdeu oportunidade de estabelecer política de conteúdo local que garantisse a geração de renda e emprego no Brasil a partir da produção dos excedentes da cessão onerosa”, critica Paulo Lima. Segundo ele, isso deve se refletir também na baixa participação governamental no leilão, mantendo o nível de 45% de 2018. Em comparação, o Brasil continuará muito abaixo de países como Noruega (82%), principalmente porque as isenções de impostos incentivam que petroleiras estrangeiras operem aqui pagando menos impostos do que em outros países.



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880
 comunicacao@clubedeengenharia.org.br
 atendimento@clubedeengenharia.org.br
 www.clubedeengenharia.org.br

SEDE SOCIAL

Edifício Edison Passos - Av. Rio Branco, 124
 CEP 20040-001 - Rio de Janeiro
 Tel.: (21) 2178-9200 Fax: (21) 2178-9237

UNIDADE ZONA OESTE

Estrada da Ilha, 241
 Ilha de Guaratiba
 Telefax: 2410-7099